

REGULAMENTO Nº. 8/2011
REGULAMENTO DE LICENÇA DE DISPENSA DE SERVIÇO DOCENTE

CAPITULO I

Disposições gerais

Artigo 1.º

Âmbito

O presente Regulamento, aprovado pelo Conselho Técnico Científico (CTC), da Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa (ESTeSL), elaborado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 207/2009 de 31 de Agosto, que estabelece o estatuto da carreira docente do ensino superior politécnico, no seu artigo 36.º, define os termos do procedimento de dispensa de serviço docente dos professores da ESTeSL.

Artigo 2.º

Dispensa de serviço docente

O presente Regulamento compreende os seguintes tipos de dispensa de serviço docente dos professores da ESTeSL:

- a) Licença sabática
- b) Dispensa especial de serviço

Artigo 3.º

Situação funcional

- 1 — A licença sabática e a dispensa especial de serviço caracterizam-se pela dispensa total ou parcial do exercício de funções, sem prejuízo dos direitos inerentes ao seu efectivo desempenho, designadamente o abono da respectiva remuneração, do subsídio de refeição, bem como da contagem de tempo de serviço para todos os efeitos legais.
- 2 — A autorização da licença sabática ou a dispensa especial de serviço não implica a perda do posto de trabalho.
- 3 — Durante o período de licença sabática ou dispensa especial de serviço o beneficiário não pode auferir qualquer remuneração adicional, excluindo bolsas que lhe tenham sido atribuídas.

Artigo 4.º

Licença sabática

- 1 — No termo de cada sexénio de efectivo serviço, podem os professores coordenadores principais, coordenadores e adjuntos, sem perda ou lesão de quaisquer dos seus direitos, requerer

ao CTC da ESTeSL dispensa da actividade docente pelo período de um ano escolar, para fins de actualização científica e técnica e de realização de trabalhos de investigação ou publicação de trabalhos incompatíveis com a manutenção das suas tarefas escolares correntes.

2 — Podem ser concedidas licenças sabáticas parciais, não acumuláveis com as previstas no número anterior, por períodos de seis meses após cada triénio de efectivo serviço.

Artigo 5.º

Dispensa especial de serviço

1 — O exercício de funções de Gestão na ESTeSL-IPL ou de funções mencionadas no n.º 1 do artigo 41.º ECPDESP, por período continuado igual ou superior a três anos, confere o direito a dispensa especial de serviço entre seis meses a um ano, para efeitos de actualização científica e técnica, a qual é requerida no prazo máximo de seis meses após o termo daquelas funções.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se as seguintes funções de Gestão na ESTeSL-IPL:

- a) Presidente e Vice-Presidentes da ESTeSL;
- b) Presidente do Conselho Científico;
- c) Presidente do Conselho de Representantes;
- d) Presidente do Conselho Pedagógico.

3 — A autorização é da competência do Presidente da ESTeSL.

4 — Para além do disposto nos números anteriores, os professores em regime de dedicação exclusiva ou de tempo integral podem ser dispensados do serviço docente mediante decisão do Presidente da ESTeSL, sob proposta do CTC, por períodos determinados, para a realização de projectos de investigação ou extensão.

Artigo 6.º

Requerimento

1 — A dispensa a que se referem os artigos anteriores é concedida mediante requerimento com plano de trabalhos a desenvolver a apresentar pelo docente até dia 31 de Março de cada ano, competindo ao CTC emitir parecer no prazo de 15 dias úteis.

2 — O plano de trabalho deverá indicar os objectivos propostos, o desenvolvimento das actividades no período em causa e os resultados esperados.

Artigo 7.º

Requisitos

A obtenção da licença apenas é autorizada desde que cumulativamente se reúnam os seguintes requisitos:

- a) Ser Professor de carreira da ESTeSL-IPL

- b) Ter na última avaliação de desempenho, classificação igual ou superior a Bom;
- c) Seja enquadrável na missão da ESTeSL-IPL;
- d) Esteja prevista no orçamento da ESTeSL-IPL;
- e) Esteja articulada com as actividades do Departamento;
- f) Não se verifique prejuízo para o serviço docente.

Artigo 8.º

CrITÉRIOS de apreciação

1 — Os pedidos de licença sabática que sejam assegurados pelos recursos do Departamento serão apreciados pelo Departamento de acordo com critérios internos, e, existindo parecer favorável, propostos por aquele ao CTC.

2 — O CTC apreciará o mérito absoluto da proposta, emitindo um parecer para o Presidente da ESTeSL.

3 — Os pedidos de licença sabática que sejam assegurados por recursos da ESTeSL são apreciados por uma comissão de análise, com a seguinte composição:

- a) O Presidente do Conselho Técnico Científico,
- b) Os Directores de Departamento da ESTeSL;

3.1 — A comissão é coordenada pelo Presidente do CTC.

3.2 — A comissão procede à análise, atribui uma classificação à candidatura e elabora um parecer fundamentado.

4 — Na classificação da candidatura é adoptada a escala de 0 a 20 valores, sendo ponderado:

- a) O percurso académico e profissional do docente;
- b) Nº de anos que gozou a última licença sabática;
- c) A proposta de trabalho.

5 — A avaliação da proposta de trabalho tem em conta os seguintes parâmetros:

- a) A relação do projecto com as orientações curriculares, o currículo e os programas;
- b) Os objectivos e contributos directos para o reforço das competências profissionais, melhoria das práticas pedagógicas e construção de materiais didácticos inovadores;
- c) A relação do projecto com a actualização do conhecimento científico e tecnológico no respectivo domínio/área disciplinar;
- d) Exequibilidade do projecto dentro do período da licença.

6 — Só pode ser concedida a licença sabática aos candidatos cujas candidaturas obtenham uma classificação igual ou superior a 14 valores.

Artigo 9.º

Decisão e publicitação

- 1 — A licença sabática é autorizada pelo Presidente da ESTeSL, após parecer do Conselho Técnico Científico com base em proposta fundamentada nos resultados da análise e da avaliação da candidatura.
- 2 — A lista dos candidatos aos quais foi concedida licença sabática é publicitada, até ao dia 30 de Abril, na página electrónica da ESTeSL.
- 3 — Da decisão final pode ser interposto recurso.

Artigo 10.º

Deveres

Finda a licença sabática, os docentes ficam obrigados a apresentar um relatório preliminar das actividades realizadas até noventa dias seguidos após o seu término, devendo apresentar os resultados dos seus trabalhos até um prazo máximo de dois anos, sob pena de reposição das remunerações auferidas.

CAPÍTULO II

Disposições finais

Artigo 11.º

Contagem efectiva para pedido de nova licença sabática

O período de licença sabática não é considerado para a contagem do sexénio ou triénio a que se referem os números anteriores.

Artigo 12.º

Avaliação do desempenho nas situações de licença sabática e dispensa especial de serviço

- 1 — Para efeitos de avaliação do desempenho dos docentes em situação de licença sabática e dispensa especial de serviço são tidas em consideração as funções ou objectivos que lhes competem nos termos do respectivo despacho autorizador, aplicando -se, com as necessárias adaptações, o disposto nos Regulamentos de Serviço dos Docentes e de Avaliação do Desempenho da ESTeSL-IPL.
- 2 — O cumprimento dos objectivos propostos no projecto de licença sabática será avaliado por um painel de avaliadores com base no relatório de actividades.
- 3 — O painel referido no número anterior será indicado e aprovado no CTC segundo os mesmos critérios tidos para avaliação de desempenho dos docentes.